



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 17 de março de 2011.

Notícias / **Ciência & Saúde**

16/03/2011 - 14:56

Audiência Pública promovida por Câmara e Assembléia vai discutir saúde pública de Cuiabá

Da Assessoria

A realização de audiência pública, promovida em conjunto pela Câmara de Cuiabá com a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, no plenário Milton Figueiredo do Edifício Dante de Oliveira, a partir das 15hs desta quinta-feira (17/03), vai discutir os problemas na saúde pública de Cuiabá e as principais alternativas. Devem fazer parte da discussão as crises verificadas, atualmente, como a greve dos médicos em Várzea Grande e a troca de Secretário de Saúde na Capital.

O vereador Arnaldo Penha (PMDB), vice-presidente da Câmara reiterou, na sessão ordinária desta terça-feira (15/03) a importância do evento, que será realizado, conjuntamente, pela primeira vez na história.

Pelo convite, a audiência contará com a participação dos vereadores de Cuiabá, representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia e Enfermagem, e Sindicato dos Médicos. Também, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil-MT e representante da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em Mato Grosso.

O presidente da Câmara, vereador Júlio Pinheiro (PTB), observa que é de suma importância discutir a crise na saúde, como forma de criar alternativas para vencer os principais problemas enfrentados, atualmente. “A saúde da Capital está umbilicalmente vinculada à solução dos municípios pólos”, pontua Pinheiro.

“Cuiabá tem enfrentado grandes problemas na área da saúde, principalmente por receber uma grande quantidade de pacientes do interior e até de outros estados, por isso, precisamos nos unir e encontrar soluções nos serviços oferecidos pelo SUS”, argumenta Pinheiro.



A audiência pública vai contar também com a presença dos secretários de Saúde do Estado, Pedro Henry, e de Cuiabá e Várzea Grande, Maurélio Ribeiro e Renato Tetilla (respectivamente).

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Audiencia Publica promovida por Camara e Assembleia vai discutir saude publica de Cuiaba&edt=34&id=164904](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Audiencia+Publica+promovida+por+Camara+e+Assembleia+vai+discutir+saude+publica+de+Cuiaba&edt=34&id=164904)

Notícias / **Ciência & Saúde**

16/03/2011 - 12:03

Profissionais da Saúde fazem protesto contra privatização

Da Redação - PA

Médicos, enfermeiros, odontólogos, populares e profissionais da saúde promoverão uma grande passeata pelas ruas da Capital nesta quinta-feira (17). O protesto está sendo encabeçado pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso (Sindimed-MT), que luta contra ao novo modelo de gestão da saúde que está sendo implantado pelo Governo do Estado.

A concentração acontecerá na Praça Ulisses Guimarães, em frente ao Shopping Pantanal, às 13h. De lá, marcharão até a Assembleia Legislativa, participarão de audiência pública com os deputados estaduais.

O sistema proposto pelo secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, consiste na ‘terceirização’ dos serviços, que passarão a serem desenvolvidos por Organizações Sociais (OSs). No entanto, a Lei Federal 8080 proíbe a contratação de profissionais que atuem em áreas fim, caso dos médicos. Além disso, a Constituição Federal em seu artigo 192 garante que saúde é direito do povo e dever do Estado.

Diante desses fatores, a categoria médica decidiu entrar em greve por tempo indeterminado. “O secretário de Saúde afirma que nós estamos interessados apenas na implantação do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). Mas não é apenas isso. Esse é uma das lutas que temos encampadas há meses, mas nem por isso decidimos entrar em greve. O que nós somos contra é esse modelo, que favorece o conluio com empresários”, ponderou o presidente do Sindimed-MT, Edinaldo Lemos.



Assim como os médicos, os Servidores da Saúde, filiados ao Sisma, aprovaram o indicativo de greve e devem endossar a paralisação, juntamente com os demais profissionais de saúde.

Além disso, o Ministério Público Estadual obteve uma liminar na Justiça proibindo a contratação, via OS, de profissionais para o Hospital Metropolitano, de Várzea Grande. É que Henry não levou a discussão sobre a terceirização para o Conselho Estadual de Saúde, abafando a voz da população; maior interessada na melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). *As informações da assessoria*

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Profissionais da Saude fazem protesto contra privatizacao&edt=34&id=164880](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Profissionais_da_Saude_fazem_protesto_contra_privatizacao&edt=34&id=164880)

COTIDIANO / DENGUE

17.03.11 | 08h32 - Atualizado em 17.03.11 | 09h02

Infestação do mosquito está 7 vezes maior

Existe larva em 6,8 imóveis a cada 100; o aceitável é 1

Reprodução



O índice de infestação larval (Lira) do mosquito da dengue em Cuiabá já é quase sete vezes maior do

DHIEGO MAIA
DIÁRIO DE CUIABÁ

O índice de infestação larval (Lira) do mosquito da dengue em Cuiabá já é quase sete vezes maior do que o tolerável pelo Ministério da Saúde. Divulgado ontem



Saúde em Foco



pela Vigilância Epidemiológica da Capital, o Lira obteve índice de 6,8%, isso representa a presença da larva do *Aedes aegypti* em 6,8 imóveis a cada grupo de cem e eleva ainda mais a possibilidade de Cuiabá vir a sofrer surto da doença.

O surto é apontado para localidades cujo índice ultrapassa 3,9%, segundo o Ministério da Saúde. Mato Grosso se juntou a outros 15 estados classificados com nível de risco muito alto de transmissão de dengue por conta da realidade da doença em Cuiabá.

Para o ministério, o índice de infestação larval é considerado ideal quando não passa de 1%. O levantamento serve de parâmetro para as autoridades de Saúde medirem o comportamento da doença em uma dada localidade, sendo atingido através de amostras em residências. Em Cuiabá, agentes de saúde visitaram aproximadamente 12 mil imóveis.

O problema é que na Capital o índice só cresceu nos últimos meses. Em novembro, o Lira obteve 3,4% de infestação. Um mês depois, quase dobrou chegando ao patamar de 6,4% e, agora segue mais alto, com 6,8%.

A região com maior Lira em Cuiabá é a sul. Por lá, os bairros Parque Nova Esperança, Loteamento Jardim São Paulo e segunda etapa do Pedra 90 estão com infestação de 14,4%. Em outro extremo da cidade, na zona norte, o índice está na cota de alerta, mas é bem mais baixo, com 2,6% e foi registrado nos bairros Novo Paraíso I, CPA I, Centro América, Morada do Ouro e Tancredo Neves.

Ainda segundo a Vigilância Epidemiológica, a população é a maior responsável pela criação de ambientes favoráveis para a proliferação do mosquito. Do total de imóveis inspecionados, 50,3% apresentaram criadouros do mosquito, sendo encontrado em depósitos ao nível do solo. O levantamento apontou ainda que 28,8% dos criadouros estão em lixo e outros resíduos sólidos. Já outros 10,5% dos criadouros estão em depósitos considerados móveis, como vasos, pratos e frascos com plantas e bebedouros em desuso. Ainda foram encontradas larvas em pneus e em depósitos naturais como calhas, lages, ralos e sanitários em desuso.

MEDIDAS - De acordo com a coordenadora do Programa da Dengue em Cuiabá, Alessandra Carvalho, os mutirões de limpeza, as multas contra terrenos baldios irregulares e a fiscalização em casas abandonadas são medidas eficazes contra o avanço da doença. Hoje, a pasta estadual da Saúde vai divulgar novo boletim epidemiológico dos casos da doença. O último, de 10 de março, revelava que Cuiabá apresentava a notificação de 3.3378 casos, sendo sete graves, além de mais uma morte sob investigação.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=44906>



Agentes de saúde e de endemias são efetivados

De Rondonópolis - Dayane Pozzer



Foto: Matusalem Teixeira/Ascom

As Agentes Comunitárias de Saúde e de Endemias de Rondonópolis conquistaram nesta terça-feira (14) a efetivação como servidores públicos do município. A decisão foi oficializada através dos decretos 6.131 e 6.132, de 14 de março de 2011, assinados pelo prefeito José Carlos do Pátio (PMDB), e contempla 253 agentes de saúde e 39 de endemias.

Quando teve início, o projeto de saúde comunitária de Rondonópolis era formado por 30 agentes. Hoje são quase 300 profissionais e a luta pela efetivação é antiga. Na Câmara Municipal, o vereador Adonias Fernandes (PMDB) lembrou da participação de uma delegação de Mato Grosso na Conferência Nacional de Saúde, em Brasília no ano de 2003. Na época, houve uma decisão para que a efetivação dos agentes ocorresse em todo o Brasil, a partir de 2004.

“É uma luta antiga”, ressaltou o parlamentar, que participou como delegado na Conferência. Adonias destacou também que o prefeito assinou um decreto para a seletiva de mais 117 agentes comunitários de saúde para o município. A seleção, segundo o vereador, irá ocorrer em 19 de junho.

A Agente Comunitária de Saúde, Marina Lara, que atua no cargo há 16 anos, fez questão de destacar que a efetivação é “o reconhecimento que esperavam”. Deuseni Leal de Barros que já exerce a função há 14 anos sente orgulho de ser agente de saúde. “Há tantos anos esperávamos por isso. Agora temos mais segurança, mais incentivo para trabalhar e fazer o melhor pelas pessoas”, avalia.



[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Agentes de saude e de endemias sao efetivados&edt=34&id=165066](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Agentes%20de%20saude%20e%20de%20endemias%20sao%20efetivados&edt=34&id=165066)

POLÍTICA / MODELO POLÊMICO

16.03.11 | 13h50 - Atualizado em 17.03.11 | 07h17

Juiz diz que mudança na Saúde fere a Constituição

Luis Aparecido Bertolluci determinou a suspensão de edital para terceirizar atendimento em hospitais regionais

MidiaNews



Secretário Pedro Henry: Governo não vai abrir mão de mudar a forma de gestão da Saúde

ANTONIELLE COSTA
DA REDAÇÃO

O juiz da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Popular, Luis Aparecido Bertolluci, considerou "inconstitucional" a maneira como a Secretaria de Estado de Saúde (SES) vem conduzindo o processo de mudanças no modelo de gestão dos hospitais regionais em Mato Grosso.

O entendimento do magistrado está exposto na decisão liminar pela qual ele suspendeu, na segunda-feira (14), o "Edital do Chamamento", que previa a contratação de uma Organização Social (OS) para administrar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. A suspensão acatou um pedido do Ministério Público Estadual.

Para Bertolluci, a conduta praticada pelo Governo indica a "possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação" e fere o artigo 198 da Constituição Federal, que prevê a participação da comunidade e do controle social, nas decisões que envolvam o Sistema Único de Saúde (SUS).



Saúde em Foco



"Dessume-se, em sede de cognição sumária, que a plausibilidade do direito material esplanada pelo Requerente encontra-se materializada nos dispositivos abaixo transcritos, os quais corroboram com a argumentação vertida na exordial, no sentido de que inexistiu a participação da comunidade, bem como do controle social, nas decisões políticas do Sistema Único de Saúde", diz um trecho da decisão do juiz.

Ainda de acordo com o Bertolluci, a SES desrespeitou a Lei Complementar nº 22/92 (Código Estadual de Saúde), que traz em seus artigos a competência do Conselho Estadual de Saúde.

Cabe ao conselho deliberar sobre as questões que envolvem a coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de saúde. Além disso, discutir a contratação ou convênio com o serviço privado.

Interesse público

Segundo o juiz Luiz Aparecido Bertolluci, o interesse público também foi desrespeitado, por entender que o tempo disponibilizado pela Secretaria de Saúde para apresentação das propostas prejudica um maior número de instituições sem fins lucrativos na seleção.

Conforme o **MidiaNews** apurou, o edital foi publicado na sexta-feira de Carnaval (4). Na segunda e na terça, o expediente estava suspenso, sendo retomado a partir das 12h, da quarta-feira de Cinzas (8).

O prazo para entrega das propostas estava marcado para a terça-feira (15) e o resultado final, para o dia 5 de abril.

A contratação está suspensa até o julgamento final da ação que o MPE irá promover em desfavor do Governo. Em caso de descumprimento da liminar, o Estado deve pagar multa diária no valor de R\$ 20 mil.

Outro lado

Por meio da assessoria de imprensa, o secretário de Saúde, Pedro Henry afirmou que ainda não foi notificado da decisão.

No entanto, ele adiantou que o Estado irá recorrer, devido ao "firme propósito de implantar o novo modelo de gestão na Saúde Pública em Mato Grosso".

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=1&idnot=44739>

DECISÃO | 14/03/2011 - 19:32



Justiça "barra" a terceirização de ações proposta por Henry

Andréa Haddad



A Justiça Estadual suspendeu, por meio de liminar, o edital de licitação da secretaria estadual de Saúde, comandada pelo deputado federal licenciado Pedro Henry (PP), para contratação de instituições sem fins lucrativos que tenham interesse no gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços no hospital metropolitano de Várzea Grande. A medida cautelar foi apresentada pelo promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes.

As propostas do certame deveriam ser entregues nesta terça (15), com resultado de divulgação previsto para 5 de abril. “Ao tomarmos conhecimento pela imprensa de uma possível terceirização dos serviços dos hospitais regionais, instauramos um inquérito civil para apurar esta situação e, logo em seguida, fomos surpreendidos com a divulgação deste chamamento público que visa a seleção das instituições para celebração de contrato de gestão”, apontou o promotor.

Segundo ele, o edital está suspenso até o julgamento final da ação. Ele alega que a terceirização dos serviços infringe os preceitos constitucionais e legais relativos à exigência de participação da comunidade e controle social das ações do SUS. “Isso, sem contar, que o 'edital', publicado em plena sexta de carnaval, sem expediente de serviços públicos na segunda e terça, além da segunda (14 de março) como prazo legal para os interessados no edital decidirem se desejam participar do certame em questão e fazer as suas propostas no exíguo prazo de três dias e meio”, reclamou o representante do MPE. Se não cumprir a liminar, o governador o Estado terá que arcar com multa diária de R\$ 20 mil.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/justica-barra-a-terceirizacao-de-acoes-proposta-por-henry>

MANIFESTAÇÃO | 16/03/2011 - 16:03

Médicos se mobilizam nas ruas contra as declarações de Henry

Ana Adélia Jácomo

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM/MT) Arlan Azevedo Ferreira afirma que está em Goiânia reunido com outros presidentes da entidade para discutir as melhores alternativas de “barrar” o processo de mudança que o



secretário de Saúde Pedro Henry vem tentando implantar no modelo de gestão dos hospitais regionais em Mato Grosso.

Além disso, professores, alunos de Medicina, toda a classe médica, profissionais de farmácia, enfermeiros e nutricionistas estão concentrados nesta quarta (16) em frente ao Shopping Pantanal para protestar contra a as Organizações Sociais. A manifestação deve se repetir nesta quinta (17).

O fato é que após Henry anunciar que pretendia entregar a administração do Hospital Metropolitano à uma organização, os profissionais da Saúde, segundo Arlan, têm se sentido apreensivos com as mudanças sugeridas pelo gestor e a ideia é lançar uma nova discussão sobre o tema e buscar alternativas para que o Estado não perca a autonomia.

“Não somos contra a proposta, mas o fato é que o projeto foi votado a toque de caixa, sem abrir qualquer tipo de discussão. A forma que ele (Henry) propôs e que dispensa licitação, é inconstitucional, não poderá ser auditada pelo TCU e nem pelo TCE. O único tipo de acompanhamento do Estado será verificar se as metas estão sendo cumpridas ou não”, critica Arlan.

O presidente ainda cita que a impressão que se tem é que há muito tempo está sendo discutido esse assunto e de forma arbitrária vêm deixando a Saúde sucateada, sem verbas suficientes, sem qualquer tipo de atenção. “Deixaram o caos se instalar e agora querem simplesmente lavar as mãos? É necessário abrir debates, discussões. Não é assim que vamos melhorar a Saúde do Estado”, frisa.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/medicos-se-mobilizam-nas-ruas-contras-declaracoes-de-henry>

17/03/2011

09h07

MPF cobra relatório sobre mortes de índios Xavantes

O Ministério Público Federal em Mato Grosso tem acompanhado de perto a situação e as denúncias de atendimento precário aos índios xavantes que moram na região do município de Campinápolis, região nordeste de Mato Grosso. Para dar andamento à investigação, a procuradora da República Marcia Brandão Zollinger solicitou informações para as representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena em Mato Grosso (Sesai), a Prefeitura Municipal e a Ong Nossa Tribo.

O prazo para o atendimento do pedido feito pelo MPF é de cinco dias úteis a partir do recebimento do ofício. Às representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Ledi da Silva e Castorina Santos, o MPF solicitou um relatório do que foi apurado até o momento sobre as mortes de índios xavantes, a interdição das casas de saúde (Casai) de Barra do Garças e Campinápolis e sobre os



órgãos que prestam atendimento nas aldeias indígenas e os médicos contratados.

A Sesai está ligada ao Ministério da Saúde e foi criada em outubro de 2010 para coordenar e executar a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, tirando essa atribuição das mãos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Ao secretário de Saúde de Campinápolis, o MPF solicitou a prestação de contas das verbas federais destinadas ao município visando atender à saúde indígena, especificando quais órgãos prestam esse atendimento e os médicos credenciados.

Para a organização não-governamental (Ong) Nossa Tribo, a procuradora da República Marcia Brandão Zollinger solicitou, no dia quatro de março, a relação dos profissionais da área de saúde contratados para prestar atendimento ao povo xavante, conforme foi acordado na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Campinápolis no dia dez de fevereiro, com a participação da perita em antropologia do Ministério Público Federal.

Um recente relatório da Defesa Civil do Estado, recebido no início de março, relata a situação de calamidade da casa de saúde (Casai) que dá abrigo aos índios em tratamento em Campinápolis. Paredes com mofo, colchões velhos jogados no chão, banheiros em péssimas condições são o retrato da estrutura atual da Casai em Campinápolis.

Essas informações reunidas, explica a procuradora, estão embasando a atuação do Ministério Público Federal com o objetivo de determinar a regularização de um atendimento de saúde digno para a comunidade indígena da região de Campinápolis.

Os ofícios para as representantes da Sesai, para a Ong Nossa Tribo e para o secretário de Saúde de Campinápolis são do dia quatro de março de 2011.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=362323>

NOVO MODELO

Polêmica sobre OSS continua

Primeira audiência pública para discutir mudanças na



saúde foi marcada por discussão

Amanda Alves

Da Redação

A implantação das Organizações Sociais de Saúde (OSS) para gerir a saúde se tornou polêmica em Mato Grosso. Na primeira audiência pública para discutir o assunto, o presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES) e gestor da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Pedro Henry, garantiu que este modelo é o único à disposição para dar conta do caos, que hoje se encontra o serviço no Estado, em que médicos não cumprem a carga horária de trabalho e o custo final dos hospitais regionais chega a ser 7 vezes mais do que o previsto na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Em contrapartida, setores da sociedade civil organizada rechaçam o novo modelo proposto pelo Governo, que só significaria a transferência de gestão para terceiros e não solucionaria os anseios da população. Uma passeata é promovida hoje e mais uma audiência pública será realizada na Assembleia Legislativa.



Setores da sociedade civil organizada rechaçam o novo modelo proposto pelo Governo e estudante fizeram protesto durante reunião

Entre os motivos apresentados junto ao CSE, pelo secretário, para que as OSS"s sejam implementadas, está o não cumprimento da carga horária dos profissionais. Ele denuncia que enquanto médicos contratados deveriam completar 40 horas semanais, a maioria só faz 1 ou 2 horas por dia, o que diminui a oferta de serviços e, por consequência, deixa insatisfeita a população. "O povo não aguenta mais esse modelo, mais de 80% da população que utiliza o SUS reclama".

Segundo Henry, aliado a esta questão está a falha na estrutura básica de saúde nos municípios, que não filtra os 80% dos serviços que deveriam ser resolvidos de imediato e que por causa disso realizam uma política que intitula de "ao ao", em que os clínicos gerais "empurram" para o atendimento de média e alta complexidade.



Conforme números apresentados pelo gestor, o custo dos 4 hospitais do interior do Estado no ano passado foi 8 vezes maior se todos os serviços fossem prestados de acordo com a tabela do SUS. O Hospital de Sorriso, por exemplo, está no topo. Custou à SES R\$ 31,7 milhões, porém teria custado R\$ 7,6 milhões se não houvessem as contratualizações para atender a demanda de serviços que vão aparecendo.

Um exemplo, segundo Henry, são as cirurgias, que precisam ser feitas após ações judiciais e são contratadas a custo mais elevados. Para o secretário, a realidade da falta de médicos especialistas no interior incentiva o profissional a fazer estes serviços fora da rede pública e dá a possibilidade de ganhar 2 ou mais vezes pelo mesmo serviço que seria pago na tabela do SUS. "Tem cidade que o médico ganha mais que o prefeito, até 18 vezes".

Ele diz ainda que com a implementação das OSS será possível nivelar os profissionais, que hoje estão contratados de diversas formas pela SES. O gestor reforça ainda que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) hoje impede novos concursos públicos. Ele esteve em estados que seguem o modelo, como São Paulo e diz não estar intimidado com a opinião pública. "Vou contratar uma empresa para fazer pesquisa e amadurecer a ideia".

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286751&codcaderno=19&GED=7040&GEDDA=2011-03-17&UGID=ff4cac4f06bf4c235d4460af937b4db>

Parte dos conselheiros é contra

Da Redação

Representantes da sociedade civil organizada e que têm poder de voto no CES são contra a implementação das OSS's no Estado. Apesar do assunto ainda não ter sido colocado em votação em plenário, parte dos conselheiros afirmam que esta não é a solução para o caos e a situação só vai piorar caso seja implementada a gestão. Citaram que experiências mal sucedidas, realizadas em outros estados e mesmo no Hospital Municipal de Tangará da Serra e Farmácia de Alto Custo, provaram que o modelo dá brecha ao desvio de verba pública, devido à ausência de fiscalização.



A doutora em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Comissão de Direito Sanitário e Defesa do Direito à Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso, Wildce Costa, afirma que não haverá melhoria alguma com a nova gestão. "A carência por serviços de saúde vai continuar, porque faltarão leitos da mesma forma".

Ela diz que a estrutura continuará a mesma, faltarão profissionais, medicamentos e o Governo apenas transferirá a competência.

A professora de serviço social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Maria Salete Ribeiro, avalia que o SUS é o melhor modelo de gestão do mundo, mas precisa ser colocado em prática. "O orçamento da saúde não alcança o exigido em lei que é 12%, em Mato Grosso é de 11%, isto porque o Governo inclui o plano de saúde privado dos servidores para contar mais investimento".

O conselheiro e presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas, Lousite Ferreira da Silva, diz que o secretário "não pode transferir a responsabilidade para terceiros".

O Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed) e Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e Meio Ambiente (Sisma) também são contra. (AA)

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286752&codcaderno=19&GED=7040&GEDDA=2011-03-17&UGID=dda00e1299b6b2bcb5f5aa16796b4723>

SAÚDE INDÍGENA

Promotoria solicita informações

Assessoria/MPF

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou informações para os representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena em Mato Grosso (Sesai), a Prefeitura Municipal e a Ong Nossa Tribo sobre o atendimento de saúde prestado aos índios Xavante que moram em Campinápolis (658 km a leste de Cuiabá). As entidades têm 5 dias, a partir do recebimento do ofício, para enviar a resposta.

Às representantes da Sesai, Ledi da Silva e Castorina Santos, o MPF solicitou um relatório do que foi apurado até



o momento sobre as mortes de índios xavantes, a interdição das casas de saúde (Casai) de Barra do Garças e Campinápolis e sobre os órgãos que prestam atendimento nas aldeias indígenas e os médicos contratados.

A Sesai está ligada ao Ministério da Saúde e foi criada em outubro de 2010 para coordenar e executar a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, tirando essa atribuição das mãos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

À secretaria de Saúde de Campinápolis, o MPF solicitou a prestação de contas das verbas federais destinadas ao município visando atender a saúde indígena, especificando quais órgãos prestam esse atendimento e os médicos credenciados.

Para a organização não-governamental (Ong) Nossa Tribo, a procuradora da República Marcia Brandão Zollinger solicitou, no dia 4 de março, a relação dos profissionais da área de saúde contratados para prestar atendimento aos xavantes, conforme foi acordado na audiência pública realizada na Câmara de Campinápolis.

Estrutura - Um recente relatório da Defesa Civil do Estado mostra que a casa de saúde (Casai) está com paredes com mofo, colchões velhos jogados no chão, banheiros em péssimas condições são o retrato da estrutura atual da Casai em Campinápolis.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286757&codcaderno=19&GED=7040&GEDDA=2011-03-17&UGID=8cd2f4091b89bb1d42b1a1b356e37226>

DENGUE

Cuiabá ainda tem risco de surto

Raquel Ferreira

Da Redação

O Levantamento de Índice de Infestação por *Aedes Aegypti* (Lira) de Cuiabá é 580% superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde. O estudo feito pela equipe municipal da Vigilância a Saúde e Ambiente (Divisa) mostra que na Capital o índice médio de contaminação é de 6,8%,



Saúde em Foco



enquanto o órgão nacional entende como ideal 1% de infestação do mosquito transmissor da dengue. A maior média, de 14,4%, ocorre nos bairros da região sul como Parque Nova Esperança, Jardim São Paulo e Pedra 90. A região norte tem menor registro com 2,6%.

Relatório da Secretaria de Estado de Saúde (SES) aponta ainda que Cuiabá detém 12% dos casos de pessoas afetadas pela doença, com 428 pacientes e uma morte em investigação. Em todo Mato Grosso são 3.378 notificações, sendo que 16 registros são da forma agravada da doença e 3 óbitos.

Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) afirmam o índice de 6,8% é considerado de alto risco de proliferação e 50,3% dos criadouros foram encontrados dentro das residências, normalmente em reservatórios de água que ficam no chão e não estão devidamente tampados.

O lixo e resíduos sólidos são responsáveis por 28,8% dos criadouros da cidade, enquanto 10,5% dos casos de procriação do mosquito acontecem em vasos, pratos e frascos com plantas, além de bebedouros em desuso. Pneus, calhas, lajes, ralos, sanitários desativados têm participação mínima nos índices.

Diante do cenário de infestação no Pedra 90, o bairro passará por um mutirão hoje e amanhã. O programa "Todos Contra a Dengue" visitará 6.590 imóveis. Proprietários de imóveis com excesso de criadouros e condições inadequadas de higiene serão notificados. Haverá também o bloqueio químico do mosquito adulto em áreas com maior incidência e coleta de lixo nos terrenos baldios, bolsões de lixo e terrenos abandonados.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286762&codcaderno=19&GED=7040&GEDDA TA=2011-03-17&UGID=96654864514bbfa93e56ae13f58f73e1>

REMÉDIO GRÁTIS

Cresce a procura no país

São Paulo

ABr



O movimento na rede de farmácias populares aumentou em 700 mil usuários nos primeiros 30 dias de implantação do programa Saúde Não Tem Preço. Lançado no dia 14 de fevereiro, o programa prevê a distribuição gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes. De acordo com balanço apresentado ontem pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o número de pessoas que retiraram remédios nas 15 mil unidades da rede de farmácias populares alcançou 1,92 milhão, 700 mil a mais do que o movimento do mês anterior.

A demanda por medicamentos para hipertensão foi ampliada em 61%, enquanto para diabetes a procura cresceu 51%. Para Padilha, isso mostra "o sucesso rápido" da gratuidade. Ele observou que, além de ter o acesso facilitado a esses medicamentos, a população acaba tendo conhecimento da possibilidade de compra subsidiada de remédios para tratamento de outras doenças como, por exemplo, a asma, cujo subsídio chega a 90% do valor do medicamento.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286726&codcaderno=8&GED=7040&GEDDAT A=2011-03-17&UGID=ad6c3aaa83541c9ce66fa3d8c0740720>

Cidades

Da Redação

[Henry diz que assim que a Justiça liberar vai contratar OS para gerenciar hospital](#)

Tchélo Figueiredo



O secretário de Saúde Pedro Henry (PP), em entrevista ao Cidade Independente na manhã de hoje (15), garantiu que, assim que a Justiça liberar o procedimento, vai realizar o chamamento público e contratar uma Organização Social (OS) para gerenciar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. Ele voltou a defender o modelo de terceirização da gestão dos hospitais regionais e assegurou que o processo é totalmente transparente.



Saúde em Foco



O Ministério Público Estadual **conseguiu uma liminar** na tarde de ontem (14) suspendendo o chamamento público que selecionaria hoje uma OS para gerenciar o Hospital Metropolitano. Henry disse não ter conhecimento oficial do documento e que esses assuntos são tratados com o procurador-geral do Estado, que deve ser notificado sobre a liminar.

Ele insiste que o novo modelo de gestão é a solução para a Saúde no Estado. "Eu não estou inventando nada. Esse modelo funciona há 10 anos em São Paulo com sucesso. Já existe até aqui, em Mato Grosso, com o HGU [Hospital Geral Universitário] e a Santa Casa de Misericórdia", cita. "Nós damos dinheiro ao HGU e eles pagam os profissionais e gerenciam o hospital. E funciona", reforça.

O secretário diz que o modelo atual é arcaico e falido. "Todo dia tem reclamação sobre a Saúde na imprensa. Se reclamam tanto é porque não está bom. Nos últimos anos, ninguém propôs qualquer mudança no modelo de gestão da Saúde. Eu estou tentando mudar", defende.

Para Pedro Henry, o modelo de gestão por OSs incomoda porque é "eficiente e vai tirar muita gente da zona de conforto". Ele acusa alguns médicos de terem até quatro contratos que os vinculam à Saúde Pública. "Se um dos contratos é de 40 horas semanais, oito horas por dia, e o médico tem outros três contratos para cumprir, você acha que ele cumpre integralmente? A verdade é que ninguém trabalha as oito horas diárias", afirma. "É uma relação promíscua. Nós fingimos que pagamos um salário bom, e eles fingem que trabalham", conclui.

Segundo Henry, uma OS pode negociar o salário diretamente com o profissional contratado, oferecendo até mais do que o Estado paga hoje e, em contrapartida, exigir que ele cumpra a carga horária. O secretário acredita que, na ponta do lápis, o custo total vai ser muito menor.

Ele destaca que os hospitais regionais custam muito caro para o poder público e que, com uma gestão competente, o Estado poderia oferecer 8 vezes mais procedimentos médicos com o mesmo recurso. "Uma cirurgia no hospital regional de Colider, por exemplo, custa 10,3 vezes mais que em Cuiabá. Em Sorriso, custa 5 vezes mais", afirma.

E promete. "Sob a gestão de uma OS, o Hospital Metropolitano de Várzea Grande vai realizar o dobro de procedimentos de um hospital regional de Mato Grosso, gastando a metade do dinheiro", garante.

GREVES – O secretário descarta qualquer tipo de negociação com os servidores da Saúde caso paralizem as atividades. O sindicato que reúne todas as carreiras vinculadas à secretaria tem um indicativo de greve para a próxima quinta (17).



“Por que eles querem entrar em greve se estamos negociando? Se eles entrarem em greve, eu encerro as negociações e o caso vai para a Justiça, que vai julgar a legalidade da paralisação”, afirma.

Henry enfrenta, também, desde o dia 10, uma greve dos médicos da rede estadual, que protestam contra a adoção do modelo de gestão por OSs. Segundo o secretário, o principal motivo da greve dos médicos é, na verdade, salarial. Eles estariam reivindicando a redução da carga horária pela metade – de 40 para 20 horas semanais – mantendo o salário atual.

Leia **aqui** a entrevista d o presidente do Sindicato dos Médicos, Edinaldo Lemos, que trata da greve e do modelo de gestão terceirizado dos hospitais.

Laíse Lucatelli

Publicado em : 15/03/2011 às 11:17 Editado em: 15/03/2011 às 11:22

<http://www.folhadoestado.com.br/0,,Folha9898>

Política

Audiência conjunta entre AL e Câmara vai debater situação da Saúde

16/03/2011 - 17h02

Da Redação

Uma audiência pública conjunta entre a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Cuiabá, para debater a atual situação do sistema de saúde da Capital, será realizada nesta quinta-feira (17), às 15 horas, no auditório Milton Figueiredo da AL. O objetivo é propor soluções para o setor e ações que melhorem os serviços disponíveis à população.

Além dos deputados estaduais e vereadores, devem participar representantes dos conselhos regionais de Medicina; de Farmácia; de Enfermagem; Sindicato dos Médicos; Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Mato Grosso e Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso. Os secretários de Saúde, Pedro Henry (estadual), e Maurélio Ribeiro (municipal), também participarão do evento.

No requerimento, assinado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, os parlamentares lembram que o debate atende uma solicitação do presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Júlio Pinheiro. “Servirá como um meio interlocutório da população, que poderá esboçar opiniões e reforçar ideias no intuito de encontrar soluções concretas para enfrentarmos este problema caótico vivido pelos mato-grossenses”, diz trecho do documento.



No início do mês de março, em reunião na Assembleia Legislativa, o secretário Pedro Henry participou das discussões do Colégio de Líderes e prestou informações sobre a situação da pasta. “O secretário mostrou as dificuldades que têm enfrentado. As demandas, hoje, são maiores que os recursos disponíveis”, destacou Riva.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=357586>

Cidades

Secretária de Saúde faz hoje um multirão contra dengue no Pedra 90

17/03/2011 - 08h15

Da Assessoria

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) estará hoje (17) e sexta-feira (18), das 8 às 17 horas, no bairro Pedra 90, com grande mobilização para dar sequência ao cronograma de ações do programa “Todos Contra a Dengue”.

Serão visitados seis mil quinhentos e noventa imóveis, segundo o levantamento feito pelo Levantamento de Índice Rápido do Aedes aegypti (Lira) realizado em Janeiro/2011, apontou que na região do Pedra 90 a um índice alto de infestação do mosquito da dengue.

Serão notificados os proprietários de imóveis com excesso de criadouros e condições inadequadas de higiene. Haverá o bloqueio químico do mosquito adulto em áreas com maior infestação e coleta de lixo nos terrenos baldios, bolsões de lixo e terrenos abandonados.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=357596>

Cidades

Enfermeiros ameaçam greve e decisão deve sair ainda hoje

16/03/2011 - 16h00

Da Assessoria

Representantes dos Enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem de Várzea Grande estão reunidos agora tarde com o prefeito o prefeito interino, João Madureira (PSC), para discutir a situação da categoria.

Eles ameaçam iniciar greve na sexta-feira (18), caso o prefeito interino, não cumpra com acordo de aumento salarial escalonado fechado no ano passado com a categoria. O indicativo foi dado pelo Sindicato dos Enfermeiros de Mato Grosso (Sinpen) no mesmo dia que os médicos retornaram ao trabalho. Os 813 servidores do Pronto-Socorro de Várzea Grande (PSVG) também estão com os salários atrasados e pressionam o novo



superintendente da Fundação da Saúde (Fusvag) no 1º dia que assumiu a direção.

O presidente do Sinpen, Dejamir Souza Soares, diz que o prefeito afastado, Murilo Domingos, havia se comprometido a pagar o aumento salarial de 100% a todos os 1 mil auxiliares e técnicos de enfermagem e enfermeiros. O aumento seria pago de forma gradativa, porém, a administração municipal não passou da 1ª parcela, paga em maio. Enfermeiros, por exemplo, passariam do salário de R\$ 800 reais para os R\$ 1,6 mil.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=357572>

Farmácia Popular cresce 45% no primeiro mês de gratuidade

Notícias - Nacionais

Qua, 16 de Março de 2011 00:00

O programa Farmácia Popular apresentou crescimento expressivo no primeiro mês de gratuidade dos medicamentos para hipertensão e diabetes.

Cresceu 45% o número de autorizações (para venda e oferta grátis) de todos os 25 itens do Aqui Tem Farmácia Popular, entre 14 de fevereiro e 14 de março, nas farmácias da rede privada credenciadas ao programa. Esse período refere-se aos primeiros 28 dias do “Saúde Não Tem Preço”, ação do governo federal que, desde o dia 14 do último mês de fevereiro, subsidia 100% do valor dos medicamentos para hipertensão e diabetes.

Do início da gratuidade do programa até a última segunda-feira (14), foi retirado um total de 2,6 milhões de itens contra 1,8 milhão no período anterior (de 14 de janeiro a 14 de fevereiro). O aumento das autorizações para oferta gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes foi ainda maior: cresceu 61% e 50%, respectivamente.

A gratuidade no Farmácia Popular beneficiou os usuários de medicamentos no país e trouxe vantagens tanto para as farmácias conveniadas quanto para a indústria farmacêutica. O salto nas retiradas de medicamentos mostra que o programa não só amplia o acesso da população à assistência farmacêutica como também é vantajoso para o comércio varejista ao alavancar as vendas de outros itens disponíveis nos estabelecimentos, “atraídas” pelos produtos disponíveis no Aqui Tem Farmácia Popular. “Com isso, as farmácias e



Saúde em Foco



drogarias credenciadas ao programa aumentam a competitividade no mercado em relação aos estabelecimentos não-conveniados”, analisa o diretor de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento Júnior.

Para viabilizar a gratuidade dos medicamentos para hipertensão e diabetes disponíveis no programa, o ministério fez um intenso trabalho de articulação com produtores e distribuidores da indústria farmacêutica e também com os estabelecimentos parceiros do programa. Com isso, o setor produtivo e as unidades conveniadas, em uma atitude socialmente responsável, se comprometeram com o programa.

INFORMAÇÃO – O acesso da população às unidades do Farmácia Popular foi facilitado por meio de uma ferramenta inovadora: um serviço de SMS (mensagem via celular) que informa as unidades credenciadas mais próximas à casa do usuário do programa. Basta enviar mensagem para o número 27397 informando o CEP da residência (somente os números, sem sinais gráficos) que, em poucos segundos, o usuário recebe resposta com informações precisas sobre o nome, o endereço e o telefone de até três farmácias onde o usuário poderá obter, de graça, medicamentos para hipertensão e diabetes. O serviço de “torpedo” via SMS não tem qualquer custo à população e permanece disponível até o final deste mês.

Além dos medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes, o Aqui Tem Farmácia Popular oferece mais 14 tipos de medicamentos, com até 90% de desconto, utilizados no tratamento de asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de fraldas geriátricas. Os medicamentos são oferecidos em mais de 15 mil farmácias e drogarias da rede privada credenciadas ao Aqui Tem Farmácia Popular e nas 544 unidades próprias (administradas pelo governo federal) do programa.

ORIENTAÇÕES AOS USUÁRIOS – Para obter os produtos disponíveis no Farmácia Popular, o usuário precisa apresentar CPF, documento com foto e receita médica, que é exigida pelo programa como uma forma de se evitar a automedicação, incentivando o uso racional de medicamentos e a promoção da saúde.



Saúde em Foco



Eventuais dúvidas sobre o Farmácia Popular podem ser esclarecidas e comunicadas ao Ministério da Saúde – pelos estabelecimentos credenciados ou pelos usuários do programa – por meio do Disque-Saúde (0800-61-1997) como também pelo e-mail analise.fpopular@saude.gov.br

Os medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes são identificados pelo princípio ativo ou "nome genérico", que é a substância que compõem o medicamento. Os itens disponíveis são informados pelas unidades do programa, onde os usuários podem ser orientados pelo profissional farmacêutico. É ele que deverá informar, ao usuário, o princípio ativo que identifica o nome comercial do medicamento (de marca, genérico ou similar) prescrito pelo médico.

Princípios ativos dos medicamentos oferecidos gratuitamente pelo Aqui Tem Farmácia Popular:

Hipertensão

Captopril 25 mg, comprimido

Maleato de enalapril 10 mg, comprimido

Cloridrato de propranolol 40 mg, comprimido

Atenolol 25 mg, comprimido

Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido

Losartana Potássica 50 mg

Diabetes

Glibenclamida 5 mg, comprimido

Cloridrato de metformina 500 mg, comprimido

Cloridrato de metformina 850 mg, comprimido



| |
|---|
| Cloridato de metformina de ação prolongada 500 mg |
| Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, frasco-ampola 10 ml |
| Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, frasco-ampola 5 ml |
| Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, refil 3ml (carpule) |
| Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, refil 1,5ml (carpule) |
| Insulina Humana Regular 100 UI/ml , solução injetável, frasco-ampola 10 ml |
| Insulina Humana Regular 100 UI/ml, solução injetável, frasco-ampola 5 ml |
| Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 3ml (carpules) |
| Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 1,5ml (carpules) |

Fonte: www.portaldasauade.gov.br

<http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/107529-farmacia-popular-cresce-45-no-primeiro-mes-de-gratuidade.html>

Ministério da Saúde continua embromando com a consolidação do emaranhado de suas Portarias repetitivas e inócuas.

Desde o final de 2009 o Ministério da Saúde vem se enrolando na vigência da Portaria 2.048, editada para por fim às inúmeras portarias de conteúdo repetitivo e desnecessário, gerando transtornos inúmeros para os gestores da saúde e prestadores de serviços ao SUS.

E, só para lembrar, o ato normativo incorpora e realinha as



disposições de mais de 100 portarias; seu conteúdo embora extenso, passa a ser uma referência e não mais uma "colcha de retalhos".

O atual Ministro, assim como seu antecessor, resolveu adiar a vigência da portaria que fora publicada em setembro de 2009, e as justificativas foram extremamente tímidas para se postergar por mais 1 ano referido ato ([clique aqui e leia o adiamento](#)).

Última atualização em Qui, 17 de Março de 2011 10:23

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=579:ministerio-da-saude-continua-embromando-com-a-consolidacao-do-emaranhado-de-suas-portarias-repetitivas-e-inocuas&catid=47:janeiro&Itemid=37

[Médico paulista que acumulou 5 empregos custeados com recursos federais e prefeito que não fiscalizou parte das acumulações são demandados por improbidade.](#)   

MPF/SP move ação contra prefeito de Bernardino de Campos e perito do INSS por improbidade

O Ministério Público Federal em Bauru (SP) ajuizou ação civil pública de improbidade administrativa contra o médico André Fernando Teixeira Coelho, perito do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e o prefeito de Bernardino de Campos, Moacir Aparecido Beneti. Coelho é acusado de acumular ilegalmente cinco empregos, entre eles o de médico do Programa Saúde da Família, mantido com verbas federais, no município de Bernardino de Campos. Já o prefeito é acusado de negligência na fiscalização e aplicação das verbas federais que pagaram o salário do médico.

Atualmente, Coelho presta serviços para cinco estabelecimentos distintos. É servidor público do INSS, com jornada semanal de 40h e empregado da Prefeitura de Espírito Santo do Turvo, com jornada semanal de 20h. Além disso, presta serviços sem carga horária definida para a Associação dos Produtores Rurais de São Pedro do Turvo e para a Ummes - União dos Municípios da Média Sorocabana, através da empresa Gamp Serviços Médicos S/S Ltda, da qual é um dos sócios e o único médico em atividade.

O caso mais grave ocorre na cidade de Bernardino de Campos. Lá, a



Saúde em Foco



prefeitura celebrou convênio com a sociedade São Vicente de Paulo Nossa Senhora da Paz, para que a entidade execute o Programa Saúde da Família, mantido com verbas públicas federais, que obteve repasses de R\$ 289.688,00, em 2008, R\$ 274.504,00, em 2009, e R\$ 258.688,00, em 2010. A entidade, por sua vez, contratou a empresa Gamp Serviços Médicos para prestar o serviço.

Questionado pelo MPF, Beneti informou que o contrato celebrado com André Coelho “não possui carga horária pré-estabelecida”. A Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, no entanto, aponta que a carga horária para profissionais médicos que atuam no Programa Saúde da Família é de 40 horas semanais.

“O prefeito de Bernardino de Campos, Moacir Beneti, foi negligente, no período entre agosto de 2008 a setembro de 2010, ao não exigir do médico contratado o cumprimento de 40 horas semanais de trabalho, permitindo que este auferisse remuneração sem o cumprimento da jornada de trabalho fixada na legislação”, afirmou o procurador da República Pedro Antônio de Oliveira Machado, autor da ação.

O MPF também pediu à Justiça Federal que os contratos realizados com a empresa Gamp Serviços Médicos sejam declarados nulos, sob o argumento de que houve simulação. Pesquisas realizadas indicam que a empresa possui três sócios - o médico André Coelho, que é acusado de acúmulo de cargos, Paula Ferreira da Silva, que não é médica, e o também médico Cláudio Sérgio Teixeira Coelho que, conforme inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, possui residência em Atibaia, a 404 km de Bernardino de Campos.

“Essa empresa foi criada e é utilizada com o único desiderato de fraudar a lei, possibilitando que o requerido médico acumule diversos cargos/empregos públicos”, aponta o procurador.

Para o MPF, o médico André Coelho obteve enriquecimento ilícito, causou lesão ao erário e violou princípios da Administração Pública. O prefeito Moacir Beneti, por sua vez, lesou o erário. O MPF pede que os dois acusados sejam condenados, de forma solidária, a ressarcir o município de Bernardino de Campos pelas verbas federais utilizadas no pagamento dos salários de Coelho. O valor desse ressarcimento deverá ser definido judicialmente.

A Justiça Federal notificou os dois requeridos para que se manifestem sobre



a ação do MPF. Também foram notificadas a Advocacia Geral da União e o INSS, para que decidam se ingressam na ação ao lado do MPF.

Fonte: MPF/SP, 15/03/2011 e LEGISUS.

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=577:medico-paulista-que-acumulou-5-empregos-custeados-com-recursos-federais-e-prefeito-que-nao-fiscalizou-parte-das-acumulacoes-sao-demandados-por-improbidade&catid=47:janeiro&Itemid=37

Saúde - 17/03/2011 | 07h24m

Dengue: infestação chega a ser 7 vezes maior Novo Lira de Cuiabá aponta que existe larva do mosquito Aedes aegypti em 6,8 imóveis a cada 100. Aceitável é 1

© Geraldo Tavares/DC



Moradores do Pedra 90 sofrem com acúmulo de lixo e, por consequência, alta incidência de dengue

O índice de infestação larval (Lira) do mosquito da dengue em Cuiabá já é quase sete vezes maior do que o tolerável pelo Ministério da Saúde. Divulgado ontem pela Vigilância Epidemiológica da Capital, o Lira obteve índice de 6,8%, isso representa a presença da larva do Aedes aegypti em 6,8 imóveis a cada grupo de cem e eleva ainda mais a possibilidade de Cuiabá vir a sofrer surto da doença.

O surto é apontado para localidades cujo índice ultrapassa 3,9%, segundo o Ministério da Saúde. Mato Grosso se juntou a outros 15 estados classificados com nível de risco muito alto de transmissão de dengue por conta da realidade da doença em Cuiabá.

Para o ministério, o índice de infestação larval é considerado ideal quando não passa de 1%. O levantamento serve de parâmetro para as autoridades de Saúde medirem o comportamento da doença em uma dada localidade, sendo



atingido através de amostras em residências. Em Cuiabá, agentes de saúde visitaram aproximadamente 12 mil imóveis.

O problema é que na Capital o índice só cresceu nos últimos meses. Em novembro, o Lira obteve 3,4% de infestação. Um mês depois, quase dobrou chegando ao patamar de 6,4% e, agora segue mais alto, com 6,8%.

A região com maior Lira em Cuiabá é a sul. Por lá, os bairros Parque Nova Esperança, Loteamento Jardim São Paulo e segunda etapa do Pedra 90 estão com infestação de 14,4%. Em outro extremo da cidade, na zona norte, o índice está na cota de alerta, mas é bem mais baixo, com 2,6% e foi registrado nos bairros Novo Paraíso I, CPA I, Centro América, Morada do Ouro e Tancredo Neves.

Ainda segundo a Vigilância Epidemiológica, a população é a maior responsável pela criação de ambientes favoráveis para a proliferação do mosquito. Do total de imóveis inspecionados, 50,3% apresentaram criadouros do mosquito, sendo encontrado em depósitos ao nível do solo. O levantamento apontou ainda que 28,8% dos criadouros estão em lixo e outros resíduos sólidos. Já outros 10,5% dos criadouros estão em depósitos considerados móveis, como vasos, pratos e frascos com plantas e bebedouros em desuso. Ainda foram encontradas larvas em pneus e em depósitos naturais como calhas, lages, ralos e sanitários em desuso.

MEDIDAS – De acordo com a coordenadora do Programa da Dengue em Cuiabá, Alessandra Carvalho, os mutirões de limpeza, as multas contra terrenos baldios irregulares e a fiscalização em casas abandonadas são medidas eficazes contra o avanço da doença. Hoje, a pasta estadual da Saúde vai divulgar novo boletim epidemiológico dos casos da doença. O último, de 10 de março, revelava que Cuiabá apresentava a notificação de 3.3378 casos, sendo sete graves, além de mais uma morte sob investigação. (Com assessoria).

Por: DHIEGO MAIA
Fonte: Diário de Cuiabá

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=316113>

SAÚDE PÚBLICA

Passeata contra 3º setor em hospitais

Vinte organizações se reúnem hoje em praça para levar pleito, em caminhada, à AL pela não-efetivação do gerenciamento de regionais com OS



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

CAROLINA HOLLAND

Da Reportagem

O novo modelo de gestão da Saúde que o Estado pretende implantar nos hospitais regionais, “terceirizando” a administração dessas unidades, continua causando polêmica. Hoje, mais de 20 organizações, incluindo o Conselho Regional de Medicina, o Sindicato dos Médicos do Estado e o Sindicato dos Servidores da Saúde, fazem passeata pelas ruas da cidade e, depois, participarão de audiência pública na Assembleia Legislativa para tentar demover a intenção do governo.



Manifestantes vão sair do monumento a Ulisses Guimarães, na avenida do CPA, a partir das 13 horas

No tipo de gestão pretendido pela Secretaria de Estado de Saúde, os hospitais regionais seriam administrados por Organizações Sociais. No entanto, a SES perdeu essa semana a primeira batalha na tentativa de implantar o sistema. A Justiça suspendeu o Edital de Chamamento Público para contratação de instituições voltada a gerir o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. A unidade seria a primeira a adotar o sistema.

Por ser contra o modelo de administração, os médicos servidores do Estado estão em greve desde o dia 10. “O secretário de Saúde afirma que nós estamos interessados apenas na implantação do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). Mas não é apenas isso. O que nós somos contra é esse modelo, que favorece o conluio com empresários”, disse o presidente do Sindimed, Edinaldo Lemos.

O presidente do Conselho Regional de Medicina, Arlan Azevedo, disse que, independentemente do modelo de gestão a ser escolhido, tem que haver transparência e discussão a respeito com as instituições. “A forma como foi escolhida essa nova forma de administração dá margens a muitas dúvidas a respeito da lisura do processo”, afirmou. A decisão pela “terceirização”, afirmou Azevedo, não passou sequer pelo Conselho Estadual de Saúde. “O CRM entende a urgência de sanar os problemas detectados na área da Saúde em Mato Grosso, mas esse tipo de decisão tem que ser debatida amplamente”, pontuou.

As organizações também questionam a aprovação de projeto de lei na Assembleia que assegura ao governo fechar contrato de gestão para



destinação de bens públicos às Organizações Sociais sem a necessidade de licitação. “A votação desse projeto aconteceu de forma atropelada. O tema também precisa ser discutido com setores da Saúde”, afirmou o presidente do CRM/MT.

Além dos médicos, outros servidores da Saúde também aprovaram indicativo de greve e podem paralisar as atividades em breve. A categoria terá nova reunião com a Secretaria Estadual de Administração amanhã para debater a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCVs).

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389765>

SAÚDE INDÍGENA

MPF cobra explicações sobre situação de xavantes em MT

Da Reportagem

Um dia após a Força Nacional de Saúde anunciar que diagnosticará a saúde da população xavante na região de Barra do Garças e Campinápolis (a 658 km de Cuiabá), o Ministério Público Federal (MPF) divulgou ontem que está cobrando informações a respeito da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), da prefeitura de Campinápolis e da organização não-governamental (ONG) Nossa Tribo.

O atendimento à saúde dos xavantes está sendo investigado devido à situação de calamidade envolvendo a pouca estrutura disponível. Relatório da Defesa Civil do Estado sobre a Casa de Saúde Indígena (Casai) em Campinápolis denuncia paredes mofadas, colchões velhos jogados no chão e banheiros em péssimas condições para uso.

Paralelamente, desde janeiro, técnicos da Sesai apuram a situação – há informações sobre a morte de crianças indígenas por desnutrição e até falta de medicamento – e trabalham na reestruturação do atendimento no Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante (Dsei). Está prevista para esta semana a transferência das duas Casai do distrito para novos prédios.

Para cada responsável pela gestão, a procuradora da República Marcia Brandão Zollinger solicitou informações diferentes, mas todas devem ser entregues em um prazo de cinco dias após o recebimento da solicitação. Da prefeitura, o MPF cobrou uma prestação de contas das verbas federais destinadas ao atendimento à saúde indígena por parte da Secretaria Municipal



de Saúde. O MPF quer saber quais órgãos prestam atendimento e quem são os médicos credenciados para o serviço.

Da parte da Sesai - órgão criado pelo Ministério da Saúde em 2010 para substituir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no tratamento à população indígena -, o MPF requereu relatório sobre as mortes de xavantes registradas na região, tal como sobre a interdição das Casais de Barra do Garças e de Campinápolis.

O pedido inclui uma relação dos órgãos que atendem as aldeias e os médicos à disposição. Para falar sobre o assunto, a reportagem tentou contato telefônico com a chefe-substituta do Distrito Sanitário Indígena, Ledi da Silva, mas, sem sucesso. Também responsável pelos cuidados à saúde indígena, a ONG terá de relacionar os profissionais de saúde contratados para lidar com o povo xavante.

FORÇA – De acordo com o anúncio feito pela própria Sesai ainda esta semana, o governo federal se comprometeu a enviar em breve a Campinápolis uma equipe da Força Nacional de Saúde com 29 profissionais, 11 carros, três motocicletas do Samu e uma carreta do Movimento Combate a Hanseníase. (Com assessoria)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389766>

Saúde

Quarta, 16 de março de 2011, 19h36

Crefito-9 participará de manifestação em prol da saúde

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região (CREFITO-9) juntamente com as entidades das áreas social e da saúde realizam nesta quinta-feira, 17.03, às 13h, concentração na Praça Ulisses Guimarães, em frente ao shopping Pantanal. O manifesto público que ocorre antes da audiência pública conjunta entre a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Cuiabá, tem como objetivo buscar maior transparência na aplicação dos recursos públicos.

A audiência pública que irá debater a atual situação do sistema de saúde da capital ocorrerá às 15 horas, no auditório Milton Figueiredo da AL. Objetivo é propor soluções para o setor e ações que melhorem os serviços de saúde disponíveis à população.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

As entidades participantes são: Associação dos Usuários de Transporte Coletivo do Estado de Mato Grosso (ASSUT-MT); Associação Estadual dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso (AEAP-MT); Associação Médica de Mato Grosso (AMMT); Conselho Municipal de Saúde (CMS); Conselho Regional de Assistência Social de Mato Grosso (Cress-MT); Conselho Regional de Farmácia (CRF-MT); Conselho Regional de Educação Física de Mato Grosso (CREF-MT); Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT); Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Mato Grosso (CREA-MT); Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT); Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT); Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso (CRO-MT); Conselho Regional de Psicologia 18ª Região (CRP-18); Faculdade de Ciências Médicas da UFMT. (FCM-UFMT); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT); Ouvidoria Geral do SUS; Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (SINDIMED); Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e Meio Ambiente de Mato Grosso (SISMA-MT).

<http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/43/materia/29943>

Brasília, 15 de março de 2011

Seminário discute produção de normas em Saúde



FIOCRUZ Brasília promove nos dias 22 e 23 de março Seminário de Direito Sanitário: O Direito à Saúde na Produção Legislativa

Nos dias 22 e 23 de março, a FIOCRUZ Brasília, por meio do Programa de Direito Sanitário (Prodisa), promoverá o Seminário de Direito Sanitário: O Direito à Saúde na Produção Legislativa, que pretende ampliar o debate sobre a produção de normas em saúde no contexto atual brasileiro. O evento, promovido em parceria com a Consultoria Legislativa do Senado Federal (Conleg/Senado Federal), é aberto ao público e as inscrições podem ser feitas no site da FIOCRUZ Brasília.



O direito à saúde foi impulsionado no país a partir de sua garantia na Constituição Federal, em 1988. A fim de observar a



Saúde em Foco



produção de normas voltadas para o tratamento jurídico da questão da saúde no Brasil, o seminário reunirá profissionais, estudantes e especialistas das áreas de Direito e Saúde, além de representantes do Poder Legislativo, e tem como finalidade promover o debate e divulgar o direito sanitário no âmbito do Poder Legislativo Federal. O evento será realizado no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no Senado Federal.

A programação contará com a realização das conferências *A emergência do Direito Sanitário como um novo campo do Direito* e *A Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29: dificuldades e perspectivas*, e as mesas redondas *A produção legislativa em saúde; Temas atuais da produção Legislativa em Saúde I e II*. O evento terá a participação de representantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto de Direito Sanitário Aplicado da UNICAMP (IDISA/UNICAMP), do Conleg/Senado Federal, Ministério da Saúde, FIOCRUZ Brasília e da Aliança de Controle de Tabagismo (ACTBr). A cerimônia de abertura será realizada no dia 22.

A parceria entre a FIOCRUZ Brasília e a Consultoria Legislativa do Senado Federal foi firmada em 2007 e tem como objetivo instituir cooperação técnico-científica entre as duas instituições, para desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e produção de informação técnico-científica e legislativa. Entre os resultados desta cooperação, está o Observatório da Saúde no Legislativo, um site de internet que permite acompanhar projetos de lei sobre saúde que tramitam no Congresso Nacional. O site será lançado durante o seminário.

[Faça sua inscrição](#)

[Confira a programação](#)

Serviço

Seminário de Direito Sanitário: O Direito à Saúde na Produção Legislativa

Data: 22 e 23 de março

Horário: 8h30 às 18h

Local: Auditório Antônio Carlos Magalhães – Térreo – INTERLEGIS – Via N2 – Anexo E – Senado Federal – Praça dos Três Poderes

www.fiocruzbrasil.com.br | ascombrasil@fiocruz.br

Fonte: FIOCRUZ Brasília

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/15_mar_seminario.html

Brasília, 16 de março de 2011



Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Começa 219ª Reunião Ordinária do CNS



Na manhã dessa quarta-feira (16), iniciou-se a 219ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Na abertura dos trabalhos, a Conselheira Maria do Espírito Santo, Santinha – representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - ressaltou o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher e a importância dos espaços conquistados pela população feminina.

Em seguida, a Secretária Executiva do CNS, Rozângela Camapum, apresentou a prestação de contas e o relatório de gestão do CNS referentes ao ano de 2010, além da proposta orçamentária do Conselho para 2011. Na oportunidade, Renato Tasca, coordenador da Unidade Técnica de Serviços de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil, apresentou a proposta de um Laboratório de Inovação em Experiências de Participação Social, item da proposta orçamentária de 2011. De acordo com Tasca, o laboratório é uma oportunidade para valorizar as experiências que estão em produção constante sobre controle social e que terá como resultado um conjunto de informações e orientações sobre o tema. “Oportunidade de ter um instrumento concreto de como fazer controle social”, afirmou. Após os debates, o Plenário aprovou a prestação de contas, relatório e proposta orçamentária.



Ainda pela manhã, a Comissão de Financiamento e Orçamento trouxe ao Pleno do CNS a análise da execução orçamentária do Ministério da Saúde e do Relatório Trimestral de Prestação de Contas do MS - 4º Trimestre/2010, que serão debatidos na reunião ordinária de abril.

da proposta de

Outro ponto da pauta da reunião do CNS foi a apresentação



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

revisão da Resolução CNS 347, que trata do armazenamento e utilização de material biológico humano com a finalidade de pesquisa. Segundo a coordenadora da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), conselheira Gysélle Tannous, a proposta de texto da resolução ficou em consulta pública por 90 dias em 2010. Gysélle Tannous fez questão de ressaltar o trabalho em parceria da Conep, comunidade científica, controle social e Ministério da Saúde. Ao final, foi aprovado que os conselheiros nacionais poderão encaminhar propostas ao texto da resolução e o tema será ponto de pauta da 220ª Reunião Ordinária do CNS em abril.



http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/16_mar_219ro.html